

Primeiros atos do plano de estabilização fiscal

O governo divulgou ontem os cinco primeiros atos relacionados ao Programa de Estabilidade Fiscal anunciado anteontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. A seguir, as integrações:

MENSAGEM N.º 1.306
Senhores Membros do Congresso Nacional, Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória n.º 1.721, de 28 de outubro de 1998, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

Brasília, 28 de outubro de 1998.
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de edição de Medida Provisória, que "Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais".

2. A medida ora proposta consiste basicamente em alterar procedimentos contábeis entre órgãos e entidades dos Ministérios da Fazenda e da Previdência e Assistência Social, permitindo o fluxo imediato de recursos para o Tesouro Nacional e evitando a busca desses recursos no mercado, a taxas de juros mais elevadas, enquanto ficam eles depositados pela Caixa Econômica Federal no Banco Central do Brasil, com remuneração específica, aguardando decisão judicial para conversão em renda da União ou devolução ao depositante.

3. No caso dos depósitos judiciais, é assegurado o pleno controle por parte do juiz presidente do feito, sem qualquer alteração na autonomia que lhe é própria, e nas normas do devido processo legal, assim também como do direito de propriedade. Em ambas as hipóteses, judicial ou extrajudicial, sendo favorável ao contribuinte a decisão, a própria Caixa Econômica Federal, atendendo a determinação de autoridade judicial ou administrativa, procederá à devolução da quantia depositada, no prazo máximo de 24 horas, acrescida da mesma taxa de juros aplicável às restituições de receitas tributárias, resarcindo-se imediatamente junto ao Tesouro Nacional.

4. De acordo com o projeto, em havendo decisão favorável ao depositante, este terá ganhos efetivos, tendo em vista que na sistemática atual as devoluções são acrescidas de juros correspondentes aos das cadernetas de poupança e pela nova sistemática passarão a ser remuneradas pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos públicos federais, cuja rentabilidade é bem superior àquelas.

5. Dessa forma, essa providência revela-se importante aperfeiçoamento do instituto do depósito judicial, para a garantia do Juízo, e do extrajudicial para assegurar a suspensão da exigência do crédito tributário.

Respeitosamente,
Pedro Sampaio Malan
Medida Provisória N.º 1.721, de 28 de outubro de 1998.

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

O Presidente da República, no uso da atribuição do art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1.º Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos e contribuições federais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, específico para essa finalidade.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos débitos provenientes de tributos e contribuições inscritos em Dívida Ativa da União.

§ 2.º Os depósitos serão repassados pela Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional, independentemente de qualquer formalidade, no mesmo prazo fixado para recolhimento dos tributos e das contribuições federais.

§ 3.º Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou do processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, na forma estabelecida pelo § 4.º do art. 39 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores; ou

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo ou contribuição, inclusive seus acessórios, quando se tratar de sentença ou decisão favorável à Fazenda Nacional.

§ 4.º Os valores devolvidos pela Caixa Econômica Federal serão debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, em subconta de restituição.

§ 5.º A Caixa Econômica Federal manterá controle dos valores depositados ou devolvidos.

Art. 2.º Observada a legislação própria, o disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes às contribuições administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 3.º Os procedimentos para execução desta Medida Provisória serão disciplinados em regulamento.

Art. 4.º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos depósitos efetuados a partir de 1.º de dezembro de 1998.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177.ª da Independência e 110.ª da República.

MENSAGEM N.º 1.307

Senhores membros do Congresso Nacional Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências".

Excelentíssimo senhor presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar, que objetiva disciplinar a perda de cargo público por insuficiência de desempenho dos servidores civis de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

2. A concepção do Projeto ora submetido à consideração de Vossa Excelência foi norteada no sentido de se estabelecer regras claras para o processo de desligamento do servidor civil, em decorrência de declaração de insuficiência de desempenho, prevista no art. 41, § 1.º, III, da Constituição Federal, cujas normas amadureceram-se ao longo de estudos minuciosos, elaborados como objetivo precípuo de garantir aos avaliados estrita observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, tutelando-os contra critérios subjetivos, passíveis de conduzir ao abuso de poder.

3. Igualmente, na elaboração do Projeto, cuidou-se de resguardar a aplicação subsidiária das normas que regulam o processo administrativo disciplinar, sobretudo para assegurar a necessária transparência e fundamentação de todas as fases em que se desdobra o procedimento que pode implicar o desligamento de servidor por insuficiência de desempenho.

4. Nesta diretriz, o sistema de avaliação de desempenho, tal como concebido, guardará estrita observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da ampla defesa, sendo imperativo que o servidor a ser avaliado tenha prévio conhecimento dos critérios, das normas e dos padrões que para tanto serão utilizados.

5. No particular, os critérios de julgamento encontram-se objetivamente explicitadas no Projeto, oferecendo-se à Administração Pública o instrumental necessário a proceder à avaliação de seus servidores, ao lume dos seguintes aspectos que envolvem o desempenho funcional: I - qualidade de trabalho; II - produtividade no trabalho; III - iniciativa; IV - presteza; V - aproveitamento em programas de capacitação; VI - assiduidade; VII - pontualidade; VIII - administração do tempo; e IX - uso adequado dos equipamentos de serviço.

6. O sistema de avaliação pautar-se-á em escala de pontuação, adotando-se como conceitos de avaliação os seguintes resultados: excelente; bom; regular; e insatisfatório, recebendo o conceito de desempenho insatisfatório o servidor cuja avaliação total, considerados todos os padrões de julgamento, seja igual ou inferior a quarenta por cento da pontuação máxima admitida, o que sem dúvida atingirá somente aqueles efetivamente improdutivos e funcionalmente descompromissados.

7. Estruturalmente, o Projeto desdobra o procedimento de avaliação de desempenho em capítulos sequencialmente lógicos, cujos dispositivos ditam normas programáticas de capacitação e de treinamento do servidor que assim o necessitar, estando previstos, igualmente recursos administrativos passíveis de interposição contra o resultado da avaliação, e bem assim que, na etapa conclusiva, eventual ato de desligamento não fará menção aos nomes do servidor, uma vez que do ponto de vista social e humano não é salutar expor em público o cidadão conceituado como insuficiente para o desempenho de suas funções.

8. Por fim, Senhor Presidente, foram definidas, também, as atividades exclusivas de Estado, a saber: defensoria pública; representação judicial e extrajudicial da União; e segurança pública, nos termos do art. 144 da Constituição Federal, garantindo-se aos servidores ocupantes de cargos efetivos que contemplem entre as suas atribuições aquelas atividades critérios especiais no processo de dispensa por insuficiência de desempenho de que trata este Projeto de Lei.

9. Em síntese, Senhor Presidente, são estas as razões que justificam o anexo Projeto de Lei Complementar que ora submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência e que objetiva a atender dispositivo constitucional mencionado.

Respeitosamente
Cláudia Maria Costin
Ministra de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, interina

Projeto de Lei

Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Esta Lei regula a exoneração de servidor público estável com fundamento no art. 169, § 4.º e seguintes, da Constituição Federal.

Art. 2.º A exoneração a que alude o art. 1.º será precedida de ato normativo motivado dos Chefes de cada um dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 1.º O ato normativo deverá especificar:

I - a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;

II - a atividade funcional e o órgão ou a unidade administrativa objetivo de redução de pessoal;

III - o critério geral impossível escolhido para a identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;

IV - os critérios e as garantias especiais escolhidas para identificação dos servidores estáveis que, em decorrência das atribuições do cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado;

V - o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;

VI - os critérios orçamentários para o pagamento das indenizações.

§ 2.º O critério geral para identificação impossível a que se refere o inciso III do parágrafo anterior será escolhido entre:

I - menor tempo de serviço público;

II - maior remuneração;

III - menor idade.

§ 3.º O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação.

Art. 3.º A exoneração de servidor estável que desenvolva atividade exclusiva de Estado, assim definida era Lei especial, observará as seguintes condições:

I - somente será admitida quando a exoneração de servidores dos demais cargos do órgão ou da unidade administrativa objeto da redução de pessoal tenha alcançado, pelo menos, trinta por cento do total desses cargos;

III - cada ato reduzirá em no máximo trinta por cento o número de servidores que desenvolvam atividades exclusivas de estado.

Art. 4.º Os cargos vagos em decorrência da dispensa de servidores estáveis de que trata esta Lei serão declarados extintos, sendo vedada a criação de cargos, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos.

Art. 5.º Esta Lei entra vigor no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação.

Brasília.

MENSAGEM 1.309

Senhores Membros do Congresso Nacional Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Brasília, 28 de outubro de 1998.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

A Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1997, introduziu profundas alterações no regime constitucional da Administração Pública.

Dentre essas mudanças, destaca-se a eliminação do dispositivo constante do caput do art. 39 da versão original, que prescrevia a instituição, no âmbito da União, dos Estados e dos municípios, de regime jurídico único para os servidores. O mesmo ocorreu em relação ao art. 206, V, que não menciona mais, em relação às instituições públicas de ensino, a submissão ao regime único.

Com essas alterações, o legislador constituinte permitiu não só a adoção de regimes diversos - de caráter eventualmente estatutário -, como também admitiu a possibilidade de que se reintroduza, no âmbito da administração, o regime contratual típico, disciplinado pela legislação trabalhista.

Em diversas disposições da Emenda, explícita o legislador constituinte que determinados princípios aplicam-se a tanto aos cargos quanto aos empregos públicos.

Assim, as condições para acessibilidade aos "cargos e empregos públicos" devem ser estabelecidas em lei (art. 37, I). Consagra-se a indispensabilidade de concurso público para a "investidura em cargo ou emprego público" (art. 37, II). A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica ou fundacional não podem ultrapassar o do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 37, XI). Verifica-se, por este último dispositivo, que o legislador constituinte admitiu expressamente a possibilidade de se adotar, regularmente, o regime contratual de caráter trabalhista no âmbito da administração pública.

Não há dúvida, porém, de que os servidores

regidos por esse sistema não estarão submetidos ao modelo de estabilidade previsto no art. 41 e seus parágrafos da Constituição. Ainda que se devam tomar todas as cautelas na dispensa de servidores contratados mediante concurso público, é certo que a rescisão do vínculo não terá a mesma solemnidade do desfazimento da relação administrativa no plano estatutário.

Da mesma forma, afigura-se inequívoco que, submetidos à legislação trabalhista, os servidores e seus dependentes não mais gozarão do regime previdenciário especial assegurado aos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos. (CF, art. 40).

Assinala-se, ademais, que o texto constitucional confere ampla liberdade de conformação ao legislador, permitindo que, dentro de uma pauta de razoabilidade, sejam definidas as carreiras ou funções que poderão ser exercidas sob o regime de cargo (estatutário) ou emprego (modelo contratual). Assim, ressalvadas determinadas carreiras, entendidas como típicas de Estado, que deverão submeter-se ao modelo estatutário, as demais carreiras públicas podem ser disciplinadas pela legislação trabalhista.

Nesse contexto constitucional, o presente projeto de lei tem por escopo adotar o "modelo celetista" para a grande maioria dos empregos efetivos no serviço público, deixando que apenas o chamado "núcleo essencial" do serviço público subsista sob a regência do sistema estatutário. O regime comum passa a ser o da legislação trabalhista.

Essa fórmula confere maior flexibilidade à relação de emprego no âmbito do Estado, a par de transferir ao regime previdenciário comum os servidores regidos pela legislação trabalhista. Tais vantagens representam considerável economia para as finanças públicas, em momento crucial de ajuste de contas, dado o déficit elevado da previdência do setor público, incapaz de se auto-sustentar, por falha estrutural de concepção.

Com efeito, enquanto o trabalhador do setor privado está sujeito a teto de benefício, com base no salário de contribuição, o servidor público estatutário tem garantida a percepção, como proventos, de valores até mais elevados do que os percebidos na ativa, sem o desconto mensal a que está sujeito quando qualquer proporção com a vantagem posteriormente recebida. Com a alíquota atual de 11% de desconto previdenciário, a poupança formada pelo servidor basta apenas para assegurar-lhe 3 anos de vencimentos integrais após a jubilação, correndo o restante por conta do Estado, o que supõe um peso insustentável no bolso do contribuinte.

Assim, mister se faz a pronta adoção do regime celetista no serviço público, dando cumprimento aos objetivos traçados na reforma Administrativa, que visavam à dinamização da atividade administrativa com a redução de seus custos.

O art. 1.º do projeto elenca os servidores que estarão sujeitos ao regime estatutário, adotando o critério restritivo para a fixação desse núcleo básico, juntado àqueles cujas carreiras, dentro do Poder Executivo, estão previstas constitucionalmente, o que impede seu enquadramento como empregados públicos: seriam os casos das carreiras ligadas à Advocacia-Geral da União (CF, art. 131), Defensoria Pública (CF, art. 134) e Polícia Federal (art. 144).

Todos os demais cargos efetivos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional passarão a ser regidos pelo regime celetista (art. 2.º), respeitado o regime estatutário para os atuais ocupantes (§ 1.º) e cabendo a lei específica a criação dos empregos públicos de que cogita o presente diploma legal (§ 2.º).

Estando os direitos e deveres do empregado já devidamente regulados na CLT e legislação trabalhista correlata, o presente projeto de lei limita-se a estabelecer os princípios básicos que nortearão a adoção do regime celetista no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional da União, tendo em vista o perfil especial traçado pela Carta Política para o emprego público, no que concorre às formas de ingresso (art. 3.º) e dispensa (art. 4.º).

Tendo em vista a exigência de concurso público para ingresso no serviço público e a necessidade de motivação de todo ato administrativo, fica descartada do regime celetista para o emprego público a dispensa motivada. Assim, necessário se faz a especificação, através da lei, das hipóteses em que o ocupante de emprego público poderá ser dispensado.

Além das hipóteses de justa causa da CLT (art. 482) e do descumprimento da vedação constitucional de acumulação de cargos públicos (CF, art. 37, XVI), o projeto prevê como hipóteses de dispensa do empregado público a redução de quadro de pessoal, em cumprimento ao disposto no art. 169, § 3.º, II, da Constituição Federal e o desempenho insatisfatório.

Esta última hipótese é distinta daquela prevista para a dispensa do servidor estável, por insuficiência de desempenho (CF, art. 41, § 1.º, III). Para o servidor não estável, a Carta Magna não exige a fixação, por lei, dos critérios para a perda do emprego (CF, art. 247), podendo ser adotadas, por regulamentação do próprio Poder Executivo, parâmetros concretos que "quantifiquem" os critérios ora elencados como passíveis de avaliação no caso do emprego público.

Feitas essas adequações do regime celetista para o emprego público, as demais normas aplicáveis ao mesmo serão aquelas oriundas da Consolidação das Leis do Trabalho, cujo regime passa a ser adotado para o pessoal que, por contratado a partir da edição da presente lei, para a quase totalidade das funções públicas, excetuadas aquelas que a Constituição traça perfil distinto.

São estas, Senhor Presidente, as razões pelas quais submetemos o anexo Projeto de Lei ao descortino de Vossa Excelência, na certeza de que a medida ora proposta contribuirá para implementar a reforma administrativa instaurada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1997.

Respeitosamente,
Clovis de Barros Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Cláudia Maria Costin, Ministra de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, interina.

Projeto de Lei
Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 1.º São regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo das carreiras de:

I - Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União;

II - Procurador e Advogado dos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União;

III - Defensor Público da União;

IV - Policial Federal, Policial Rodoviário Federal e Policial Ferroviário Federal.

Art. 2.º É regido pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - e legislação trabalhista correlata, naquilo que a presente lei não disponha em contrário, o pessoal admitido na Administração Federal direta, autárquica e fundacional para empregos públicos, no exercício de atividades não compreendidas nas carreiras a que se refere o artigo anterior.

§ 1.º O disposto no caput deste artigo aplica-se somente ao pessoal admitido após a data de vigência desta lei.

§ 2.º Lei específica disporá sobre a criação dos empregos públicos de que trata esta lei e as respectivas remunerações.

Art. 3.º A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, con-

forme a natureza e complexidade do emprego.

Art. 4.º A dispensa de empregado público somente será admitida, mediante processo administrativo, nas hipóteses de:

I - prática de falta grave, dentre as elencadas no art. 482 da CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

IV - desempenho insatisfatório.

Parágrafo único. Considera-se desempenho insatisfatório aquele em que os níveis de qualidade e produtividade do trabalho, assiduidade e pontualidade no serviço, presteza e iniciativa, aproveitamento em programas de capacitação, administração do tempo e uso adequado dos equipamentos de serviço pelo empregado estejam abaixo de quarenta por cento da pontuação máxima admitida em avaliação anual de pessoal.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília

MENSAGEM n.º 1.305

Senhores Membros do Congresso Nacional Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória n.º 1.720, de 28 de outubro de 1998, que "Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos".

Brasília, 28 de outubro de 1998.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de edição de medida provisória, que dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos. O projeto em questão dá continuidade ao esforço desenvolvido pelo Governo de Vossa Excelência no sentido de corrigir as distorções do sistema previdenciário nacional.

2. As maiores distorções do sistema previdenciário brasileiro estão localizadas no setor público, particularmente na esfera federal. O valor da aposentadoria concedida ao servidor público civil da União não guarda nenhuma relação com a sua vida progressiva e a sua contribuição, pois no seu cálculo só entra o valor da última remuneração.

3. Em 1997, as contribuições dos servidores públicos da União financiam somente 13% do dispêndio total com inativos e pensionistas. Os servidores públicos recolheram aproximadamente R\$ 2,7 bilhões para o regime próprio de previdência social, enquanto a despesa com pagamento de servidores inativos e pensionistas chegou a R\$ 19,5 bilhões. A diferença é de R\$ 16,8 bilhões, sendo sido financiada às expensas de outras áreas da seguridade social. Mesmo que a União aportasse ao sistema quantia equivalente ao que as empresas recolhem à Previdência Social (alíquota média de 27% da folha de salários), haveria um déficit da ordem de R\$ 15,1 bilhões. Estimativas demonstram que a necessidade de financiamento total para a previdência do pessoal da União é da ordem de R\$ 18 bilhões para 1998 e de R\$ 19 bilhões para 1999.

4. A participação da despesa com servidores inativos e pensionistas em relação ao gasto total de pessoal da União tem-se elevado aceleradamente. Em 1990, este percentual era equivalente a pouco mais de 25% e, em 1997, atingiu o percentual de 42,7%. Essa tendência poderá inviabilizar o serviço público se não forem adotadas medidas urgentes e eficazes, de forma a estabelecer parâmetros para a constituição e funcionamento de regimes próprios de previdência, entre as quais se insere a que estabelece normas gerais para a organização e o funcionamento dos regimes dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, que estão sendo encaminhadas mediante projeto à parte, e aquelas presentes na proposta de emenda à Constituição que altera o sistema de previdência social, ora em tramitação na Câmara dos Deputados.

5. Contudo, até que tais medidas possam efetivamente ser implantadas e produzir os efeitos desejáveis, urge a adoção de outras, de forma a produzir efeitos imediatos, de maneira a diminuir o desequilíbrio das contas públicas e permitir o regular funcionamento dos serviços públicos.

6. Distante, impõe-se a instituição de uma contribuição temporária, na forma de um adicional permanente, a cargo dos servidores civis ativos, incidente sobre o montante da remuneração que exceder determinado valor, de maneira a se produzir, a curto prazo, um equilíbrio financeiro nas contas previdenciárias, favorecendo, a longo prazo, a construção de um sistema equilibrado e viável autarquiamente.

7. Com a adoção das medidas propostas atinge-se um equilíbrio entre as despesas líquidas com inativos e a receita corrente líquida, cujos patamar ideal é de 12% de determinação desse patamar, foi utilizado como parâmetro, a alíquota que as empresas privadas pagam para o Regime Geral de Previdência Social, sobre a folha de pagamento de seus empregados, que é de 20% (excluindo-se a contribuição para o seguro de acidente de trabalho). Portanto, como o comprometimento máximo da receita corrente líquida com despesas de pessoal previsto na Lei Camata é de 60%, aplicando-se um percentual de 20% sobre este, chega-se ao percentual de 12%, que, aliás, está sendo proposto, mediante ato específico, como norma geral para todos os entes federados.

8. O resultado financeiro de tais proposições será, no ano de 1999, de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões, sendo que, destes, R\$ 3,1 bilhões serão decorrentes do adicional temporário de 9% sobre parcela remuneratória excedente de um determinado valor e R\$ 1,7 bilhões, oriundos da universalização da contribuição de 11%.

9. Assim, estamos propondo, na forma do anexo projeto de medida provisória, a instituição de um adicional de 9% para os servidores públicos da União, em caráter provisório, a incidir sobre a parcela remuneratória do servidor público que exceder a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), por um período de cinco anos. O valor de R\$ 1.200,00 por um refere-se ao novo teto para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, presente na proposta de emenda constitucional que reforma o sistema previdenciário ora em tramitação na Câmara dos Deputados. O lapso temporal de cinco anos foi proposto, em face de acreditarmos ser o suficiente para que as medidas estruturais que estão sendo tomadas pelo Governo de Vossa Excelência, como a reforma da Previdência, possam produzir os seus efeitos, dispensando-se, a partir daí, a adoção daquelas de caráter temporário.

10. A proposição da instituição da contribuição a cargo dos inativos e pensionistas da União serão encaminhadas mediante ato específico, no momento oportuno.

11. De outra parte, propomos que a contribuição dos servidores públicos da União tenham registro contábil individualizado, buscando dar maior transparência às contas previdenciárias, além de simplificarmos futuras medidas a serem tomadas, entre elas, a adequada correlação entre o valor do benefício e contribuições aportadas.

Esta, Excelentíssimo Senhor Presidente, é a proposta de edição de medida provisória que submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, certo de que presentes estão os requisitos de relevância e urgência que recomendam tais providências.

Medida Provisória N.º 1.720, de 28 de outubro de 1998.

Dispõe sobre a contribuição para o custeio de previdência social dos servidores públicos.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1.º A contribuição de que trata o art. 1.º da Lei n.º 9.630, de 23 de abril de 1998, foi acrescida de um adicional de nove pontos percentuais incidente sobre o valor da remuneração que excede a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Art. 2.º O adicional de que trata o artigo anterior tem caráter temporário, vigorando por um período de cinco anos contados a partir de 1.º de fevereiro de 1999.

Art. 3.º As contribuições dos servidores da União serão objeto de registro contábil individualizado.

Art. 4.º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de fevereiro de 1999.

Brasília, 28 de outubro de 1998; 177.ª da Independência e 110.ª da República.

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º

Sínteses dos principais problemas ou das situações que reclamam providências:

1. Déficit do regime previdenciário dos servidores públicos da União

Soluções e providências contingenciais propostas

2. Criação de um adicional à contribuição dos servidores públicos da União

Razões que justificam a urgência:

As matérias inserem-se no contexto de aperfeiçoamento dos instrumentos de aprimoramento da arrecadação previdenciária, possibilitando, entre outras medidas de relevância, uma solução equânime de conflitos na área fiscal.

MENSAGEM n.º 1.308

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei complementar que "Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto